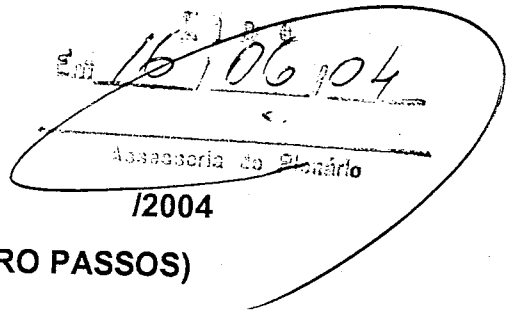





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

INDICAÇÃO | IND 2601/2004

(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

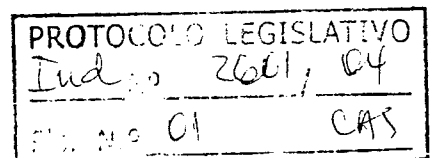


Ao Protocolo Legislativo para registro e. sm
Cuida. a **ASSP**
Em 16/06/04


Paulo Roberto Guimarães de Castro
Chefe de Assessoria de Planejamento

Sugeri ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, o envio de Mensagem à esta Câmara Legislativa objetivando a remissão dos débitos tributários relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, dos imóveis objeto de incentivo do Pró-DF na ADE Centro Norte de Ceilândia, referente aos exercícios de 2000 à 2004, bem como a suspensão da referida cobrança até que findos os trâmites quanto ao embargo judicial da área.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 129 do Regimento Interno, sugeri ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, o envio de Mensagem à esta Câmara Legislativa objetivando a remissão dos débitos tributários relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, dos imóveis objeto de incentivo do Pró-DF na ADE Centro Norte de Ceilândia, referente aos exercícios de 2000 à 2004, bem como a suspensão da referida cobrança até que findos os trâmites quanto ao embargo judicial da área.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação objetiva fazer justiça para uma categoria de trabalhadores que impulsiona diretamente o desenvolvimento do Distrito Federal, quais sejam, os micros e pequenos empresários.

Uma das ações que foram implementadas, visando o ideal da geração de empregos e a proliferação de microempresas e empresas de pequeno porte no Distrito Federal, foi o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – Pró-DF.

Por um lado, o programa contemplou vários empresários desses segmentos com a possibilidade de se instalarem e começarem a produzir, mas, por outro lado, o Poder Público negligenciou as obras de infra-estrutura, necessárias para o funcionamento de qualquer empresa, como esgoto, rede de águas pluviais e de energia elétrica, asfaltamento, entre outras. Nesse sentido, ressalte-se que, na ADE Centro Norte de Ceilândia, não foram realizadas obras de infra-estrutura, ou seja, não há rede de água e esgoto, pavimentação nas ruas ou eletricidade. É preciso reconhecer que, sem essas obras de infraestrutura, a instalação das empresas restou comprometida.

Ademais, as microempresas e as empresas de pequeno porte exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em função do grande número de firmas existentes e do expressivo volume do pessoal ocupado; donde se atribui a estas empresas grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna.

Outrossim, devemos acrescentar que a ADE Centro Norte de Ceilândia está, nesse momento, embargada judicialmente, considerando a decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.01.11.108409-9 4º VFPDF, que suspendeu liminarmente quaisquer atividades tendentes a implantação da referida ADE. Nesse sentido, o Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Indep 2661, 04	
Fls. N.º 02	CAS



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

Federal – COPEP/DF, em Resolução publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF do dia 05.04.2004, expendeu o seguinte:

“RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 03/04-COPEP/DF, DE 30 DE MARÇO DE 2004
SUSPENDE A CONTAGEM DE TODOS OS PRAZOS CONTRATUAIS DE EMPREENDIMENTOS
BENEFICIADOS PELO PRÓ/DF NA ADE CENTRO NORTE DE CEILÂNDIA, CONFORME DECISÃO
JUDICIAL.

O CONSELHO DE GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO EMPREENDIMENTO PRODUTIVO DO DISTRITO FEDERAL – COPEP/DF, nos termos da Lei n.º 3.266, de 30 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 24.430, de 02 de março de 2004, considerando a decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.01.11.108409-9 4ª VFPDF, suspendendo liminarmente quaisquer atividades tendentes a implantação da ADE – Centro Norte de Ceilândia; considerando que compete a este Conselho, promover a implantação, o funcionamento, a operacionalização e o acompanhamento da execução do Programa; e considerando, finalmente, a deliberação do Plenário em sua 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de março de 2004, RESOLVE:

Art. 1º Suspender a contagem de todos os prazos contratuais de empreendimentos localizados na ADE – Centro Norte de Ceilândia, inclusive o pagamento de taxa de ocupação, relativo ao imóvel objeto de incentivo do PRÓ/DF, a contar da data da decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.01.11.108409-9 4ª VFPDF que proíbe liminarmente quaisquer atividades tendentes à implantação daquela ADE, até a suspensão do embargo judicial.

Art. 2º Solicitar providências a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal quanto a suspensão ou remissão do pagamento do IPTU, relativo aos imóveis objeto de incentivo do PRÓ/DF na ADE Centro Norte de Ceilândia, tendo em vista embargo judicial.

Art. 3º Determinar aos órgãos competentes a adoção de providências administrativas necessárias ao cumprimento da presente Resolução.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de março de 2004.

AFRÂNIO ROBERTO DE SOUZA FILHO

Coordenador – Executivo”

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Incl. nº	2601 / 04
Fis. nº	03
	CAS

Diante disso, a remissão desse débito tributário, na forma sugerida nesta Indicação, configura uma questão de justiça para esses micros e pequenos empresários prejudicados no processo e mostra-se necessária em decorrência da dificuldade que estas pessoas estão encontrando em arcar com um custo deveras oneroso, quando não possuem as condições necessárias à implantação do empreendimento.

Com relação ao aspecto legal, devemos salientar que a Constituição Federal, no art. 150 § 6º, permite que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios concedam isenção e remissão de tributos, desde que isso seja feito por meio de Lei específica, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, “g”. Também a Lei Orgânica é cristalina nesse sentido, pois estabelece em seu art. 129, que a lei poderá isentar, reduzir ou agravar tributos, para favorecer atividades incompatíveis



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PEDRO PASSOS

com este, obedecidos os limites de prazo e valor, e no art. 131 menciona que as isenções, anistias, e remissões, benefícios e incentivos fiscais que envolvam matéria tributária, previdenciária, inclusive as que sejam objeto de convênios celebrados entre o Distrito Federal e a União, Estado e Municípios, só poderão ser concedidos ou revogados por meio de Lei específica, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Legislativa, obedecidos os limites de prazo e valor.

Dessa forma, rogamos ao Excelentíssimo Senhor Governador que envie à esta Casa uma Mensagem encaminhando o projeto de lei que findará por remir esses débitos tributários, bem como suspenderá, até que dirimidas as questões legais, a sua cobrança.

Diante do exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Indicação, haja vista a matéria aqui tratada ser de relevância indiscutível. Além disso, não se pode olvidar que é uma característica do nosso Governador Joaquim Roriz, o tratamento justo e equânime aos menos favorecidos, e a correção aqui apresentada mostra-se essencial para que o imposto alcance a sua função social e seja cobrado em adequação com as normas vigentes.

Sala das Sessões, em....


DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
Ind. no	2601, 04
Fis. N.º	04 CAS